

B LETIM **CNM**

Publicação da Confederação Nacional de Municípios – janeiro/fevereiro de 2013

2013: LUTA POR NOVO PACTO FEDERATIVO

Nesta edição:

- Municípios já perderam 50% dos recifes de corais
- O impacto do piso e do mínimo nas contas municipais
- *Royalties* e encontro de contas estão na pauta de luta

XVI Marcha

LÍDERES DO MOVIMENTO MUNICIPALISTA PARA PONTUAR PAUTA

Na última semana de janeiro, no dia 29, enquanto ocorria o *Encontro Nacional de Prefeitos e Prefeitas*, organizado pelo governo federal, os líderes do movimento municipalista participaram da primeira reunião do ano. O presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, convocou os dirigentes das entidades estaduais para encaminhar a atuação deles em 2013. Entre os assuntos abordados, o tema da *Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios* foi o principal.

Todos os presidentes das estaduais foram ouvidos. A posição foi quase unânime: os prefeitos e os ex-prefeitos que comandam as entidades e sabem das agruras municipais pedem que, na *Marcha*, a luta seja por um novo Pacto Federativo. “A estrutura federativa deve ser o grande debate”, ressaltou o presidente da Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs), Ary Vanazzi.

Para Vanazzi, todos os anos, a *Marcha a Brasília* resulta em conquistas importantes. Contudo, quando essas conquistas chegam nos Municípios a importância se diminui na imensidão de problemas. “A grande questão é o Pacto Federativo porque serão soluções a médio e longo prazo. É disso que precisamos”, disse o presidente da Famurs.

Situação preocupante

Na opinião de outro presidente, o da Associação dos Municípios do Estado do Espírito Santo (Amunes), Elieser Rabello, após os anúncios feitos pelo governo federal no *Encontro*, os novos prefeitos e prefeitas estão animados, mas ele alerta que os recursos podem ser cortados. “Além da impossibilidade de 60% deles não poderem obter transferência alguma da União”, lembrou Elieser, ao citar estudo da CNM. Segundo o líder capixaba, a situação é preocupante.

O presidente Paulo Ziulkoski concordou com os dirigentes das estaduais. “Nós [prefeitos] somos os únicos a levantar esse debate. O restante faz discurso. A *Marcha* tem que ter questões pontuais, mas é preciso sim mexer nessa estrutura”, defende.

O Pacto Federativo é, há anos, uma das principais bandeiras do movimento municipalista e chegou a ser tema da *Marcha* em anos anteriores. A CNM acompanha discursos e propostas no Congresso Nacional que tratam deste assunto, mas eles não tramitam com facilidade e continuam irrealistas. Do contrário, os deputados e senadores aprovam leis a serem executadas pelos governos municipais e isso agrava ainda mais o problema dos prefeitos. “Estamos sendo comandados pelas leis, como a do piso dos professores”, lamentou o presi-

dente da Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe), Jandelson Gouveia.

Como representante dos prefeitos de Pernambuco, Jandelson disse que os colegas não podem aceitar a vinculação dos recursos dos *royalties* exclusivamente para a Educação, como deseja o governo federal. “Vão continuar mandando no dinheiro dos Municípios?”, questionou. “Na *Marcha* e antes dela, devemos gritar para que isso não aconteça”.

Nos Estados, os gestores esperam respostas

O recém-empossado presidente da Associação dos Municípios Alagoanos (AMA), Marcelo Beltrão, se disse frustrado pelo fato de os gestores municipais não terem tido voz no *Encontro* do governo federal. “A gente precisa de uma reforma já. Eu preciso defender nossos gestores. Dinheiro tem, mas a gente precisa transformar isso em benefício para a população”, alegou.

Marcelo Beltrão explicou que não adianta a liberação de recursos se as prefeituras não têm condições de arcar com as contrapartidas “como a das creches, o Minha Casa, Minha Vida e das retroescavadeiras”, citou. “É bom receber isso. É, mas não é fácil manter uma máquina dessas”, deu exemplo.

A opinião de Beltrão foi reforçada pelo presidente da Associação Goiana de Municípios (AGM), Luiz Stival. “Esse evento também foi feito há quatro anos e nada mudou. Nós vamos voltar para os Municípios e vamos ser cobrados por causa desse pacote de bondades. Como quando anunciaram o Minha Casa, Minha Vida, no outro dia tinham pessoas na porta da prefeitura pedindo suas casas. Mas não é tão fácil como eles dizem.”

Stival reprova a adesão aos convênios e programas que, segundo ele, podem piorar a situação dos Municípios, e a culpa recai sobre o gestor. “Prova disso foi a renovação nas prefeituras que ocorreu em 2012.”

Agruras municipais

O presidente da Associação Rondoniense de Municípios (Arom), Vitorino Cherque, também participou da primeira reunião da CNM como representante dos prefeitos rondonienses. Ele conhece bem as dificuldades dos demais Es-



MUNICIPALISTA SE REÚNEM DA MARCHA EM 2013



tados e compartilha delas. “Não há técnicos que elaborarem os projetos para virmos buscar recursos em Brasília”, justificou. De acordo com ele, somente as perdas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), em Rondônia, somaram R\$ 51 milhões no ano passado. A respeito do *Encontro*, constatou: “Não vi nenhum prefeito do nosso Estado satisfeito. Nem eleito, nem reeleito”.

Outro líder municipalista concorda com Vitorino Cherque. O novo presidente da Federação Goiana de Municípios (FGM), Divino Alexandre, ressalta que as isenções tributárias não podem continuar a prejudicar as finanças municipais. “Temos que impedir que o governo faça desonerações com os tributos dos Municípios. O que a presidente diz e faz aqui [Brasília] reflete muito na população.”

Essa também é a apreensão do presidente da Associação Mineira de Municípios (AMM), Ângelo Roncalli. “Os novos prefeitos, por falta de experiência, levam consigo que esses foram grandes anúncios, mas nós temos que pautar e alertar para a realidade”. O presidente da Federação das Associações de Municípios da Paraíba (Famup), Buba Germano, concorda. “A liberação de máquinas já ocorreu na *Marcha* em 2012. Isso não adianta nada. A discussão maior é o Pacto.”

Juarez Henrichs, integrante da diretoria da Confederação e ex-prefeito de Barracão (PR), convidou os municipalistas a manifestarem apoio ao presidente Ziulkoski por conta da atuação frente ao movimento. “Nós temos que mostrar, assinar em papel, que nós apoiamos o discurso dele e que é isso o que buscamos.”

Decisões

A reunião que durou toda a manhã do dia 29 resultou em relevantes decisões. A primeira delas é que a *Marcha* este ano deve levantar a urgência do novo Pacto. “É hora de forçar a questão federativa”, concluiu Ziulkoski. Para isso, o presidente da CNM antecipou a ideia de que, antes do evento em Brasília, sejam feitos encontros nos Estados para que a pauta seja construída mais de perto, de acordo com a realidade de cada região e microrregião.

Segundo o presidente da Associação Amazonense de Municípios (AAM), Jair Souto, a mobilização deve ser constante. “A luta não precisa de data, é a todo momento”. O ex-presidente da Associação Piauiense de Municípios (APPM) e importante personagem do municipalismo, Carlos Bezerra, completou: “Esses encontros nos Estados devem pautar e sintetizar um discurso nacional para a *Marcha*. Porque nós não somos contra o governo, contra o Congresso. Nós somos a favor dos Municípios.”

A missão é apresentar a realidade dos prefeitos, dos governos municipais, defende Ziulkoski. “Porque o governo ainda não acordou para a gravidade do problema.”

Fortalecimento

Novos prefeitos se filiam à CNM para fortalecer a

LUTA MUNICIPALISTA

O estande da Confederação Nacional de Municípios (CNM) estava lotado de gestores ansiosos por se filiarem durante o *Encontro Nacional com Novos Prefeitos e Prefeitas* que aconteceu de 28 a 30 de janeiro no Centro de Convenções Ulisses Guimarães, em Brasília.

O presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, esteve no estande para cumprimentar os novos eleitos e afirmou que a adesão desses gestores à entidade deve fortalecer a luta do municipalismo brasileiro.

O prefeito de Mariano Moro (RS), Adelar Battisti, visitou o estande para se filiar pela primeira vez, pois acredita que a entidade tem um trabalho legítimo e uma luta que tem alcançado muitas conquistas para os Municípios. “Os gestores precisam desse apoio da entidade, alguém que esteja aqui em Brasília de olho nas ações da União. É minha primeira vez como prefeito e quero aproveitar a equipe técnica da CNM e a experiência em gestão do Paulo para melhorarmos nosso Município e região”, conta.

Do Município de Araioles no Maranhão, a prefeita Valéria Leal se filiou para buscar ajuda, pois herdou um Município endividado e com vários problemas. “Estou me filiando, pois sei que vou poder contar com a orientação da CNM para resolver os problemas do Município. Como nova prefeita, vou precisar de toda a ajuda possível na gestão e parceria da União e do governo do Estado”, revela a gestora preocupada com a crise financeira do Município de 50 mil habitantes perto da fronteira com o Piauí.

Descrentes – Preocupação era a palavra de ordem para os prefeitos de primeiro mandato e para os reeleitos. Todos continuam aguardando ansiosos que alguma medida realmente eficaz contra a crise financeira seja divulgada pela presidente Dilma

Rousseff durante o evento de gestores.

“Espero que as ações que o governo federal divulgou na abertura do encontro não fiquem só no discurso e nunca chegue aos Municípios. A ajuda precisa ser rápida para resolver os problemas nas contas municipais”, declara o prefeito gaúcho de Dois Irmãos das Missões, Derli da Silva Quadros.

O prefeito de Pedrinhas (SE), José Antônio Silva, também acredita que o governo precisa tomar uma atitude mais séria para ajudar os Municípios endividados e afirma que com a queda da arrecadação fica inviável gerenciar o Município. “Nossa dívida é maior que o dinheiro oferecido pelo governo. Sou reeleito, e meu Município não está conseguindo pagar o piso, que aumentaram sem perguntar se eu daria conta de pagar”, desabafa o gestor, que ainda lembra: “todo mês é a mesma coisa, estamos com sérios problemas de custeio da máquina pública, não posso demitir professores. Esperamos que o governo se sensibilize pelo problema que eles mesmos criaram”, destaca.

Em Santa Catarina, o prefeito de Aurora, Vilmar Zandonai, explica que o Município não tem recursos para transporte escolar e para construção das estradas vicinais. “Nosso Município é 83% agrícola e não podemos trabalhar sem máquinas, vim até Brasília para mostrar minha situação e tentar conseguir ajuda com o apoio da CNM. A maioria dos prefeitos aqui estão em dificuldades”, afirma.

O prefeito ainda orienta os gestores que estão em seu primeiro mandato: “Sejam cautelosos, sentem e analisem as contas municipais para equilibrar as finanças e depois fazer os projetos. Ansiedade deixa o prefeito vulnerável, e mesmo com toda a cautela vai ser difícil governar”, aconselha o prefeito reeleito.



Ag. CNM



Ag. CNM



Ag. CNM



Ag. CNM

Desenvolvimento Local

Agente de Desenvolvimento descobre o poder local

Compre aqui, cresça aqui. Essas duas ordens batizaram uma promoção em Jesúpolis (GO), onde cada R\$ 100 em compras no mercado local (supermercados, fruteiras, lojas, entre outros estabelecimentos) davam direito a um cupom. A iniciativa sintetiza a obsessão de Vanessa Henrique Neves desde setembro de 2011, quando convidada a ser agente de desenvolvimento passou a integrar uma legião de profissionais que, em convênio entre CNM e Sebrae, estão transformando o País.

Logo Vanessa foi tentar saber por que a população evitava comprar no Município para ir a uma cidade vizinha, apesar de ela ter uma certeza: "Nossos produtos e preços eram bons". A Sala do Empreendedor fez uma pesquisa. Os comerciantes deixavam a desejar em quesitos como o de variedade, constatou. Então, surgiu a ideia da premiação, tendo uma moto como chamariz principal, e em paralelo os empresários receberam orientações sobre como identificar e atacar suas deficiências.

Em pouco mais de um ano, um número de empreendedores significativo para uma cidade de 2,3 mil habitantes formalizou-se: cinquenta. No meio dessa meia centena, está Olendina Francisca Lopes, 53 anos, para quem tudo "mudou para melhor". Abriu restaurante há 18 anos, mas ficou parada cerca de dois anos, porque não estava dando lucro. Como a empresa era impedida de emitir nota, por ser informal, perdia vendas. Registrada há menos de dois anos, já deu para perceber um expressivo aumento na clientela.

"Fiz curso pelo Sebrae", diz Olendina. "Apreendi a administrar melhor." No Restaurante da Dina, um *self-service* tocado com o marido e a filha serve em média entre 40 e 50 refeições por dia para uma clientela em boa parte formada por funcionários municipais. Ao ser acompanhada por Vanessa, Olendina se sentiu segura para crescer. "Ela é prestativa", conta. "Quando a gente tem dúvida, ela busca as respostas com o pessoal do Sebrae."

A Sala do Empreendedor de Jesúpolis procura ser solícita e or-



Divulgação



Divulgação

ganizada. Mantém um arquivo com a documentação dos empreendedores, desde CNPJ até documentos pessoais, e concede nota fiscal gratuita. Pelo projeto "Crescer Jesúpolis", Vanessa foi à casa de todos os empreendedores e com a equipe da prefeitura montou um guia, com os dados deles. A cartilha está sendo distribuída, além de ser divulgada na internet. A Sala do Empreendedor também fez cartões de visita, blocos de pedidos, kits e placas para ampliar a divulgação das empresas e deixar seus proprietários mais motivados.

Clima

Seca preocupa prefeitos do Norte e Nordeste

Muitos prefeitos também demonstraram descontentamento durante o *Encontro Nacional com Novos Prefeitos e Prefeitas*, que ocorreu em Brasília, de 28 a 30 de janeiro, pois esperavam apoio para resolver os problemas da seca que atinge grande parte dos Municípios do Norte e Nordeste do País.

Com 11 mil habitantes e quase dois anos sem chuva, o Município baiano de Chorrocho está em Situação de Emergência. A prefeita Rita de Cássia Campos trouxe suas demandas para Brasília em busca de ajuda do governo federal, mas não conseguiu nada. “A seca está acabando com o Município, são 29 carros-pipa por mês, e nosso único repasse é o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), como gerir um Município nesse Estado e sem recursos?”, pergunta.

“O que a presidente Dilma precisa fazer é se organizar e ver como nosso Estado está sofrendo, estamos nessa situação há tanto tempo, precisamos de maior atuação do governo”, explica a gestora em seu primeiro mandato. Para

Rita, a filiação na CNM vai ajudar a fortalecer a gestão e a luta em busca de melhorias para os Municípios junto ao governo federal.

Em Cajazeirinhas, na Paraíba, a situação não é diferente, sem chuva há muitos meses, o Município de quatro mil habitantes está em Situação de Emergência. Mais de 80% da população está na zona rural e sem água para consumo humano. O novo prefeito, Cristóvão Amaro Filho, criticou a falta de comprometimento do governo com os Municípios que enfrentam a seca no Nordeste. “Eu esperava um programa de emergência para minimizar os efeitos da seca, a nossa perspectiva pluviométrica é terrível, pois não existe previsão de chuva e pelo que vejo aqui em Brasília não vamos ter ajuda”, lamenta.

Em seu primeiro mandato, ele também se filiou à entidade. “Eu estou me filiando por que acredito na luta e atuação da CNM. E mais do que nunca, agora, os Municípios precisam de ajuda”, destaca.



Agricultura

Iniciativas inteligentes e sustentáveis ajudam Municípios a enfrentar a seca

Paisagens sem cor, açudes secos são consequências da forte seca que castiga centenas de Municípios e se repetem, anualmente. Para driblar a estiagem, produtores têm apostado em iniciativas inteligentes para lidar com a escassez de água.

No Rio Grande do Sul, muitos agricultores das regiões atingidas pela estiagem investem na construção de cisternas para armazenamento de água da chuva e na construção de pequenas barragens. Agora em 2012, a região sofre uma forte seca desde o final do ano passado. Em alguns Municípios, são necessários mais de 700 milímetros de chuva para recuperação.

A região Noroeste do RS foi uma das mais castigadas. As prefeituras gastaram e algumas continuam investindo cerca de R\$ 150 mil por mês para ajudar os produtores. O prejuízo com as perdas já passa de R\$ 5 bilhões.

Reutilização de água

No Rio Grande do Norte, o Município de Olho D'água do Borges, perto da divisa com a Paraíba, tem um projeto de sucesso, batizado de Bioágua, que aproveita a água usada em casa para irrigação de hortas.

A água que foi utilizada na casa é filtrada com várias camadas de diferentes materiais, como seixos, brita e areia. Ao lado da Bioágua ficam os canteiros para as hortaliças. A água filtrada é suficiente para irrigar dois canteiros com 13 metros de comprimento por um metro de largura e manter cerca de seis árvores frutíferas. Para garantir a eficiência do sistema, a Universidade Federal Rural do Semiárido fez vários testes durante o tempo do projeto, com o intuito de garantir a qualidade dos alimentos. Depois que estiver funcionando, o filtro precisa passar por manutenção a cada seis meses. A instalação do projeto custa em torno de R\$ 3 mil.

A prefeitura está apoiando o projeto coordenado pelo Instituto Helder Câmara. Para o assessor técnico de agricultura municipal, lenilton Alves, as iniciativas desses agricultores em procurar saídas para a estiagem são positivas e têm ajudado o Município. "Acredito que essa foi uma ideia inteligente, ainda mais na nossa região que tem escassez de recursos hídricos. Se parte das famílias que tem um consumo de água significativo adotasse essa prática de reutilização, os fatores ligados à sustentabilidade e economia seriam positivos para o Município", ensina.

O líder da Associação Comunitária do Município, Ulisses dos Santos, é um dos moradores que sabe tudo sobre o projeto e comprova o sucesso da empreitada. "A gente achava que a água depois de usada, na teoria, não servia para mais nada. Então, ela era desperdiçada, jogada a céu aberto. Essa tecnologia que o projeto trouxe mudou totalmente nosso pensamento. A gente aproveita de 800 a mil litros de água, que estavam sendo desperdiçados por dia", relata.



Pref. Parelhas (RN)



Pref. Parelhas (RN)

Sergipe

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) interessada em divulgar essas boas práticas destaca o projeto de irrigação em Poço Redondo no Sergipe. O projeto chamado de Jacaré Curitiba recebe água do Rio São Francisco para irrigar 700 lotes de assentados na zona rural. No local, cada agricultor tem direito a uma área de 3.052 m² para plantar.

Também em Poço Redondo, outro exemplo é a cisterna-calçadão, capaz de armazenar 52 mil litros, além de um tanque e da cisterna para abastecimento humano, com capacidade para 16 mil litros.

Educação

PISO DOS PROFESSORES é reajustado em 7,97% em 2013

O piso nacional dos professores passou de R\$ 1.451,00 para R\$ 1.567,00 em 2013. Um reajuste de 7,97%, informado pelo Ministério da Educação (MEC) no dia 10 de janeiro e previsto pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), um dia antes, 9. O novo valor obedece ao artigo 5º da Lei 11.738/2008, que define o critério de reajuste do piso. O presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, aponta problemas com o reajuste atualmente utilizado.

A nova remuneração dos professores terá impacto nas contas municipais. Segundo pesquisa realizada pela CNM em julho de 2012, o impacto do reajuste do piso previsto para 2013 será em torno de R\$ 2,1 bilhões, apenas para os Municípios.

A entidade explica que o piso deve ser atualizado anualmente, sempre em janeiro, pelo mesmo percentual de crescimento do valor mínimo nacional aluno/ano das séries iniciais do Ensino Fundamental urbano do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

O mesmo procedimento foi adotado em 2013. O Ministério da Educação (MEC) considerou o valor aluno/ano do Fundeb de R\$ 1.729,28 de 2011 e o de R\$ 1.867,15 de 2012.

PROBLEMAS COM O ÍNDICE DE REAJUSTE

Para a Confederação, esse critério possui sérios problemas. O percentual de reajuste do piso do magistério tem de ser calculado com base em estimativas do valor aluno/ano do Fundeb, que podem sofrer alterações ao longo do ano, como ocorreu em 2012. O valor efetivamente realizado somente é conhecido em abril do ano seguinte.

Ziulkoski ressalta que outro problema do atual critério de reajuste do piso é que ele implica aumento desse valor sempre acima da inflação e do crescimento da arrecadação dos governos dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Enquanto a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado em cada um dos três anos anteriores foi de 4,11%, 6,47% e 6,08%, os reajustes do piso nacional dos professores foram de 7,86%, 15,85% e, por último, 22,22%, respectivamente em 2010, 2011 e 2012.

Isso deverá ocorrer também no reajuste de 2013, pois o INPC acumulado de 12 meses em novembro de 2012 é de 5,99% – ainda não foi divulgado o de dezembro/2012. O percentual de reajuste do piso é menor



Canabão dos Carajás (PA)

quando há baixa arrecadação no exercício financeiro anterior. “É o caso de 2010 e deverá ser o deste ano também, em consequência da queda das receitas respectivamente em 2009 e 2012”, explica o presidente da CNM.

POSIÇÃO DA CNM

Diante desses fatos, o presidente da CNM reafirma a posição da entidade em defesa da alteração da Lei 11.738/2008, conhecida como Lei do Piso dos professores. A Confederação trabalha pela aprovação do texto original do Projeto de Lei (PL) 3.776/2008, do Executivo Federal. O PL substitui o atual critério de reajuste do piso pelo INPC acumulado do ano anterior, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Além disso, a CNM reivindica que a União efetivamente repasse aos governos municipais que não têm condições financeiras suficientes os recursos federais para integralização do pagamento do piso nacional dos professores, conforme determina a Lei do Piso. “É preciso que o dispositivo legal que trata dessa complementação da União saia do papel, pois o cumprimento da lei deve ser exigido de todos e não apenas dos Municípios”, alerta Ziulkoski.



Canabão dos Carajás (PA)

Repasse do Fundeb é menor em 90% dos Municípios

A receita do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) foi menor na maioria dos Municípios no último repasse. A Confederação Nacional de Municípios (CNM) já havia alertado que isso ocorreria por causa da inclusão dos alunos da pré-escola das instituições conveniadas no cômputo do Fundeb. A medida foi instituída pela Portaria 1.360/2012 publicada no final do ano passado.

Por causa dos novos valores, centenas de gestores municipais têm buscado esclarecimento junto à área técnica de Educação da CNM. Para auxiliá-los a entidade fez um levantamento dos valores repassados, e pelos dados 90% tiveram menor repasse.

De acordo com pesquisa da CNM, em 5.003 Municípios a receita do Fundo teve impacto. E os Municípios do Amazonas foram os que registraram maior desconto no repasse. Já os do Rio de Janeiro foram os que sofreram menor impacto nas suas finanças.

A CNM esclarece que, apesar de ter havido um acréscimo de 173,1



Canabão dos Carajás (PA)

mil crianças reintegradas no cômputo do Fundeb, a arrecadação de Estados e Municípios não sofreu alterações. Assim, o montante do Fundo foi redistribuído aos Municípios de acordo com o novo coeficiente, o que ocasionou débito para alguns e crédito para outros.

Tecnologia

Borba (AM) investe em tecnologia e obtém resultados em Educação

O Programa Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão, conhecido pela sigla Gesac, tem novas normas estabelecidas pelo Ministério das Comunicações na Portaria 520, de 27 de dezembro de 2012. O documento estabelece regras, diretrizes e critérios ao Gesac, que oferece o acesso à internet em busca da promoção digital e social, principalmente em áreas isoladas, como o Município de Borba, no Amazonas.

A Escola Municipal de Informática é um espaço onde a população deste pequeno Município pode ter acesso livre e gratuito à internet Banda Larga. Em 2009, a prefeitura iniciou a inclusão digital. A administração se encarregou do espaço e da contratação de funcionários. O governo federal foi responsável pela compra dos computadores e do sinal de internet. Hoje, o centro é usado principalmente por professores e outros profissionais que participam de cursos de informática e outros de capacitação.

O coordenador da Escola, Júlio Campos, conta que a sala é ampla e bem equipada. Ao todo dois instrutores, dois serviços gerais, ele como coordenador e dois vigilantes trabalham neste Telecentro. O custo da prefeitura é a conta de luz – em torno de R\$ 300/mês – e o pagamento dos funcionários – até 10 salários-mínimos o total.

Benefícios

O Telecentro possui 11 computadores: 10 para os usuários e 1 servidor. A organização é essencial, explica Júlio. “Temos uma grade de programação, com tarde de aulas e tempo para a população acessar, por exemplo, os serviços dos correios que estão atrasados, como boletos e faturas do cartão de crédito”. Mas o principal benefício é a Educação.

Quando chega a noite e a Escola é fechada, Júlio coloca a antena com o sinal da internet para fora da sala e com isso coloca em funcionamento o projeto Praça Digital. Assim a população de Borba, com os equipamentos próprios – notebooks e smartphones – pode, mesmo à noite, ter acesso à Rede Mundial de computadores.

Júlio Campos explica a importância disso para a comunidade. “Nós moramos no Amazonas onde existe muita demanda por cursos a distância, feitos pela internet. Então, criamos essa oportunidade de as pessoas se especializarem. O acesso fica disponível todo o tempo”. Os resultados do Gesac são positivos, garante o coordenador, que completa: “nós recebemos elogios de outros Municípios que querem copiar a ideia”.

Cautela com programas federais

O Gesac tem sido aderido aos poucos pelos Municípios. De acordo com levantamento feito pela CNM, a contrapartida do Município se restringe ao fornecimento da edificação do local e os custos relacionados, como a conta de luz e funcionários. Computadores, mobiliário e internet são cobertos pelo Programa. Para ter esses benefícios, os gestores precisam enviar a documentação dentro do prazo estabelecido.

Apesar de exemplos como o de Borba, a CNM pede cautela aos Municípios que optam por aderir aos programas federais. A dica da entidade é: devem ser observadas, com atenção, todas as normas para adesão, pois em alguns casos a administração municipal tem arcado com uma contrapartida superior ao planejado.



Fotos: Png de Borba (AM)

Educação

Feliz (RS) tem a menor taxa de analfabetismo de todo o País

Em Feliz, no Rio Grande do Sul, a valorização do conhecimento beneficia a cidade com Desenvolvimento Social e Urbano. Baixos índices de vandalismo e violência são alguns dos reflexos na vida cotidiana do Município com a menor taxa de analfabetismo de todo o País. O Município no Vale do Caí (RS) tem apenas 0,9% da população acima de 15 anos analfabeta.

Colonizada por imigrantes alemães, a antiga Picada Feliz, assim que foi criada, recebeu as primeiras escolas comunitárias para alfabetizar os filhos dos colonos. Mesmo com uma boa base desde a Educação Infantil, o Município era o sétimo colocado no *ranking* de alfabetização em 2009. O início do salto para a primeira posição começou em 2006, com a criação do curso supletivo do Núcleo Municipal de Jovens e Adultos (Numeja).

A ex-secretária de Educação, Ienne Arend, explica que o Numeja alfabetiza todas as idades. “Temos estudantes idosos de 60, 70 anos e este é o único Ensino de Jovens e Adultos (EJA) gratuito no Estado”, relata.

O projeto surgiu, em princípio, para beneficiar funcionários da prefeitura e representa bem o incentivo que é dado para a Educação na cidade. Servidores que aumentassem sua escolaridade ganhavam aumentos salariais e eram privilegiados em promoções.

O incentivo deu tão certo que o Numeja começou a atrair os moradores que ainda não haviam sido alfabetizados. Entre 2009 e 2010, ano em que a cidade chegou ao topo do *ranking* de alfabetização, 50 pessoas aprenderam as primeiras letras participando do supletivo.

Para Ienne, o fato de Feliz se aproximar dos 100% de alfabetização garante um reflexo positivo em diferentes setores. “A cidade é limpa, as pessoas são educadas, os níveis de segurança são bons, as taxas de desemprego são baixas e isso gera melhores salários. Esses investimentos se reverterem em fatores positivos para o Município”, avalia a secretária.

Ela ainda questiona que os poucos analfabetos, computados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Município, são pessoas idosas que foram alfabetizadas em Alemão e que para o censo são analfabetas. “Acho que isso deveria ser revisto, pois esses habitantes são alfabetizados, mas em outra língua”, explica.



Prez. de Feliz (RS)

Educação atrai investimentos

Desde 2005, quando uma reforma na Educação foi iniciada, o Município viu sua arrecadação crescer. Entre 2004 e 2011, a arrecadação anual do Município aumentou 168% com atração de empresas e empreendimentos dos moradores, alcançando R\$ 213,8 milhões.

O Município com 13 mil habitantes também tem entre seus principais investimentos a Educação Infantil. Desde 2005, a cidade vem reformulando suas políticas e o objetivo é dar condições para que as crianças sejam colocadas na escola cada vez mais cedo, mesmo na zona rural. “A meta agora é preparar ainda mais os alunos alfabetizados para as fases seguintes”, garante a educadora.

Atualmente, todos os professores têm formação superior e pelo menos 70% deles são pós-graduados. Ienne também considera fundamental o investimento na formação e na qualificação de professores para o sucesso da educação no Município.

Cultura

Prefeitos *versus* desafios na área de Cultura na nova gestão

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) acredita que o ano de 2013 será de grande importância na Cultura nos Municípios. O principal motivo é a promulgação da Lei 12.343/2010, a qual instituiu o Plano Nacional de Cultura (PNC) e criou o Sistema Nacional de Informações e Indicadores (Snic). Com isso a Confederação espera uma redefinição da Política Nacional de Cultura, repartindo competências, recursos e responsabilidades entre União, Estados e Municípios.

A CNM alerta sobre a importância do planejamento na área de Cultura. Os Municípios precisarão elaborar projetos com o objetivo de buscar recursos. O dinheiro será utilizado para proteção, preservação do patrimônio histórico e cultural e promoção de eventos culturais.

Um aspecto a ser relevado são as obrigações junto ao governo federal, que o Município assumirá ao aderir ao Sistema, tais como: criação de órgão gestor de cultura independente, instituição do Sistema de Informações e Indicadores Culturais, dentre outros. Portanto, o gestor municipal deve ter pleno conhecimento sobre o PNC e o Snic, justamente para evitar o desperdício e a má gestão do dinheiro público.

Referência cultural

O Município sul-mato-grossense de Corumbá acaba de implantar o Plano Municipal de Cultura e, agora, caminha para se tornar uma referência cultural. A Câmara de Vereadores aprovou, ainda na primeira semana de janeiro, a Lei 2.294/2013, que institui o desenvolvimento cultural do Município.

O prefeito de Corumbá, Paulo Duarte, agradeceu os vereadores corumbaenses que aprovaram a instituição do Plano. Duarte lembrou que o documento, até ser aprovado, foi amplamente discutido por pessoas ligadas ao setor cultural.

Segundo o prefeito, o Plano servirá de norte para elaboração e cumprimento de políticas públicas, planejamento, implementação, acompanhamento, avaliação, monitoramento e fiscalização das ações, projetos e programas na área cultural, em diálogo com a sociedade civil.

“O Plano Municipal de Cultura é uma bússola de Corumbá naquilo que ela tem de maior referência, que é a sua cultura”, destacou Duarte.

Regulamentação

Após sancionar a Lei, o prefeito informou que vai assinar um decreto com a regulamentação, além de estabelecer competências. “Nós temos agora uma lei feita efetivamente com a participação das pessoas, como nós queremos que seja feita na nossa administração. Queremos colocar nossa cultura como referência não só no Mato Grosso do Sul e no Brasil, mas também na América do Sul”, ressaltou.

Paulo Duarte criou o órgão gestor de Cultura, que tornou o setor indepen-

dente dentro da prefeitura, afirmou ainda que “tudo depende de uma gestão feita em parceria, e só funciona se tudo for feito em sintonia com o governo”, explicou Duarte.

A meta do prefeito é continuar incentivando eventos de relevância nacional. “Nós queremos fazer efetivamente uma cultura voltada não só para um determinado seguimento, mas voltada para o povo, para a população. Levar a cultura aos bairros, aos assentamentos, distritos e, efetivamente, ter a cultura democratizada aqui na nossa cidade”, finalizou.

IMPORTANTE!

O artigo 3º, parágrafo 2º, do Plano Nacional de Cultura expressa que: “a vinculação dos Estados, Distrito Federal e Municípios às diretrizes e metas do Plano Nacional de Cultura far-se-á por meio de termo de adesão voluntária, na forma do regulamento”.

A CNM explica: voluntária significa que o Município, na condição de ente autônomo, não é obrigado a fazer adesão ao Plano Nacional de Cultura, pois se trata de uma opção e caberá ao Município avaliar se o ajustado é vantajoso e viável para a política cultural local.



Roosevelt Pinheiro / ABr

Previdência

Autorizado parcelamento especial também para Municípios com RPPS

A Portaria 21/2013 do Ministério da Previdência Social (MPS) autoriza os Municípios que possuem o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) a parcelar os débitos com a Unidade Gestora do Regime. A Confederação Nacional de Municípios (CNM) havia solicitado esta autorização por meio de ofício. A Portaria foi publicada no dia 18 de janeiro e traz essa e outras modificações.

A CNM comemora a decisão do Ministério, pois, para a entidade, os Municípios com RPPS devem ter a mesma oportunidade e condições de parcelar os débitos, assim como os Municípios com Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

O que diz a Portaria

A Portaria 21/2013 do MPS diz que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão firmar termo de acordo de parcelamento das contribuições relativas às competências até outubro de 2012: devidas pelo ente federativo, em até 240 prestações mensais, iguais e sucessivas; e descontadas dos segurados ativos, aposentados e pensionistas, em até 60 prestações mensais,

iguais e sucessivas.

As regras são:

- poderão ser incluídas contribuições que tenham sido objeto de parcelamento ou reparcelamento anterior;
- aplicam-se ao parcelamento firmado na forma deste artigo os critérios de atualização estabelecidos no inciso dois do artigo 5º da Portaria 402/2008 do MPS;
- a lei do ente federativo poderá autorizar a redução das multas relativas aos débitos parcelados; as prestações do parcelamento de que trata este artigo serão exigíveis mensalmente, a partir do último dia útil do mês subsequente ao da assinatura do termo de acordo de parcelamento; e
- a lei do ente federativo e o termo de acordo de parcelamento deverão prever a vinculação de percentual do Fundo de Participação dos Estados (FPE) ou Fundo de Participação dos Municípios (FPM) para pagamento das prestações acordadas.



Novos Gestores

Da previsão à realidade: prefeitos

É notícia em boa parte dos grandes jornais do País neste início de ano. A imprensa divulga as inúmeras dificuldades pelas quais os novos prefeitos passam após a posse, em 1º de janeiro. Municípios com salários de servidores atrasados, coleta de lixo interrompida, falta do fornecimento de luz e telefone por causa do não pagamento das contas, entre outras. Os ex-prefeitos, na maioria dos casos, são acusados de negligência, enquanto os novos gestores iniciam o mandato com problemas graves a serem resolvidos.

Este cenário foi apresentado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) em novembro do ano passado, antes mesmo da posse dos novos administradores municipais. Um estudo da entidade ouviu na época 4.147 prefeitos – 74,5% do total – e revelou um resultado preocupante: 4.038 Municípios, 97,37%, assumiram estar com problemas para fechar as contas antes do fim do mandato. Esta foi uma previsão do que os eleitos em outubro teriam de enfrentar.

Para aqueles nesta situação, mas que foram reeleitos, a preocupação é menor. Contudo aos que tiveram que passar o cargo devem responder por improbidade administrativa, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). “Além da herança de problemas deixada aos atuais gestores”, lembra o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski.

A origem de tanta dificuldade vem das reduções bruscas no Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e da baixa arrecadação de receitas por causa da crise econômica em 2012. “O FPM surpreendeu negativamente os prefeitos no ano passado. As desonerações do IPI [Imposto Sobre Produtos Industrializados] concedidas pelo governo federal ajudaram a piorar a situação. Os gestores que esperavam recursos para a saúde viram o Ministério riscar a previsão do orçamento. Isso tudo agravou ainda mais a realidade dos Municípios”, conta o presidente Ziulkoski.

Atuação da CNM

Na sede da CNM, em Brasília, dezenas de prefeitos foram buscar ajuda. Pelo telefone, os técnicos atenderam nos meses de novembro e dezembro de 2012 inúmeras ligações de gestores com a esperança de encerrar bem o mandato. A partir das eleições de outubro, assim que eleitos, os prefeitos foram convidados a participarem do seminário *Novos Gestores*. Em 19 Estados, Paulo Ziulkoski



Pref. de Celso do Nória(1)

fez o mesmo discurso e apresentou aos agentes municipais qual o cenário que os esperavam a partir de 2013.

Durante o painel em que debatia a melhor maneira de enfrentar a crise, Ziulkoski mostrou os dados da CNM. “Ao todo, 94,01% dos Municípios que sofrem com a crise financeira afirmaram ter tomado alguma providência para o enfrentamento dela. Mais de 3.300 reduziram despesas de custeio. Outros 2.900, de investimentos, o que prejudica, sem dúvida, o crescimento futuro”.

Além do que foi dito por Ziulkoski, o estudo da Confederação aponta também que mais 1.400 prefeituras mudaram o horário de expediente dos órgãos municipais para economizar. Alguns gestores exoneraram cargos comissionados para diminuir a folha de pagamento. Infelizmente, as ações adotadas pelos ex-prefeitos tiveram consequência nas novas administrações.

Uma das principais conquistas da CNM ao longo dos anos, o 1º a mais de FPM em dezembro, ajudou alguns gestores a pagarem o 13º salário do funcionalismo público e a fechar as contas sem dívidas. Todavia, o montante de R\$ 2,87 bilhões não foi o suficiente para demais ações.

Salários atrasados e obras inacabadas

Evandro de Sousa foi eleito prefeito de Palmeiras do Tocantins (TO) e em entrevista ao *Boletim CNM* falou sobre os problemas que terá de resolver logo neste início de ano. No Município os servidores públicos estão desde novembro com os salários atrasados. Do total de funcionários, apenas os professores receberam férias. Evandro conta que os fornecedores e terceirizados também não foram pagos e obras não foram finalizadas.

enfrentam dificuldades no 1º mês de gestão

A situação da prefeitura não é novidade para ele. O novo gestor é aliado do ex-prefeito de Palmeiras do Tocantins, Anicer Alves, e recebeu todas as informações antes de assumir o cargo. "Ele tentou resolver isso. Exonerou alguns cargos comissionados para diminuir a folha dos servidores. Mas, como a crise veio se arrastando desde o início do ano, quando chegou ao final não teve como controlar", defende o atual prefeito.

Depois que assumiu a administração de Palmeiras do Tocantins, Evandro trabalha no prédio onde uma reforma foi iniciada, mas não concluída por falta de recursos. "Aqui está funcionando apenas uma recepção e uma sala", lamenta. Mesmo com esses problemas, a população local ainda não procurou a prefeitura para reclamar. "Eles entendem a realidade do Município", completou.

Como solução desses impasses financeiros, Evandro de Sousa pretende renegociar as dívidas com os fornecedores e funcionários. "O Município não pode parar. Temos de dar conta do trabalho porque a comunidade não pode pagar por isso", afirma.

Prefeitura em ruínas

Assim como em Palmeiras (TO), a estrutura física da prefeitura de Cândido Godói (RS) também não está bem. O prefeito Guerino Backes relatou ao *Boletim CNM* que teme pela segurança dos servidores. "O prédio está ruim. Realmente a situação é de impossibilidade de atendimento da população", conta.

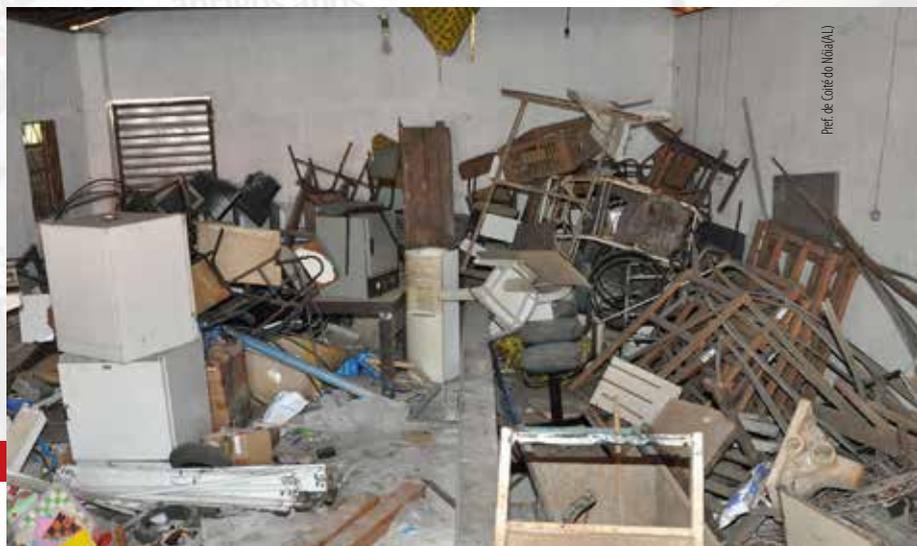
Backes pretende desativar o local e alugar um prédio novo até que haja recursos para reforma da prefeitura. "Não há possibilidades aos menos nos próximos dois anos de termos um saldo positivo [nas contas]. Estamos numa pequena inadimplência", lamenta. Segundo o prefeito de Cândido Godói, o Município deve algumas contrapartidas de obras iniciadas e a prestação de veículos.

Decreto de emergência

Os problemas encontrados por José Netto, em Coité do Noiá (AL), são ainda piores e fizeram o prefeito decretar situação de emergência. A saúde municipal enfrenta sérias dificuldades, como a falta de material, por exemplo. "Não há uma luva sequer", contou. O decreto foi feito logo no segundo dia de trabalho de Netto, no dia 2 de janeiro.

Dentre as pendências a serem resolvidas, ele prioriza a saúde. Mas há também salários de dezembro atrasados dos servidores de assistencial social e agentes de endemias. "Temos um débito de R\$ 300 mil da previdência. Os servidores fizeram manifestações e a população começou a cobrança", completa o prefeito.

Quando questionado a respeito das soluções, o prefeito afirma que vai procurar o assessoramento jurídico para saber como deve proceder. José Netto, eleito para o primeiro mandato, participou do evento *Novos Gestores* no final de 2012 e reconhece que a realidade alertada pelo presidente Paulo Ziulkoski é realmente a que vive hoje. "Tudo aquilo que foi passado está me ajudando muito neste início de mandato", assegura.



Meio Ambiente

Municípios já perderam 80% dos recifes de corais em 50 anos

Um estudo inédito da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) monitorou a saúde dos recifes de corais e apontou que nos últimos 50 anos os Municípios do litoral brasileiro já perderam cerca de 80% desse ecossistema. Entre as causas está a poluição doméstica e industrial. Os corais restantes sofrem ameaça dos efeitos das mudanças climáticas.

Os recifes que estão próximos às grandes metrópoles do Nordeste, região onde se concentra esse ecossistema, são os mais prejudicados. O monitoramento constatou a presença de recifes de corais desde a costa nordeste do Rio Grande do Norte até o sul da Bahia, se espalhando por cerca de 2 mil km do litoral brasileiro.

Os corais que ficam próximos aos Municípios sofrem com o lançamento de esgoto não tratado direto no mar ou com a remoção ilegal de organismos. Até a década de 1980, houve muita extração de corais para fabricação de cal no país. Essa remoção era feita com picaretas ou explosivos. Só houve uma

redução após a criação de leis específicas.

Mudança climática pode afetar ainda mais o ecossistema

Outro grande problema que ameaça os recifes brasileiros é o aquecimento dos oceanos devido à elevação da temperatura global. O estudo diz ainda que os recifes de corais mais protegidos no Brasil são aqueles localizados dentro de unidades de conservação, como no Arquipélago de Fernando de Noronha (PE).

A pesquisa aponta para os Municípios e para o poder público formas de aumentar a preservação deste ecossistema, como aumentar a recuperação de matas ciliares e controlar o manejo de bacias hidrográficas. “É preciso controle de poluição, turismo e pesca, proteção para os grupos de peixes mais afetados, incluindo as áreas de berçário e desova dessas espécies”, diz o estudo. O documento cita ainda a importância de conservar as áreas de mangues, que têm ligação importante com os recifes.

Bom exemplo de Cairu (BA)

A Ilha de Boipeba, localizada no Município de Cairu (BA), preocupada com a conservação de seus corais, criou o programa socioambiental *Viva Coral – Mergulhe nesta ideia*. O programa que existe desde 2011 pretende conscientizar e divulgar medidas junto à população local e aos agentes envolvidos com turismo sobre o manejo adequado do espaço marinho.

A intenção do projeto é buscar alternativas para minimizar os impactos ambientais nos recifes e corais, nas piscinas naturais de Morro de São Paulo, Boipeba e principalmente Moreré, no Arquipélago de Tinharé.

O secretário de Agricultura, Antônio Isaias Ribeiro, conta que o Município é um arquipélago. “Ao Sul temos a ilha de Boipeba, que tem a maior e melhor barreira de corais da faixa do Atlântico, ainda temos a Bahia de Camamu, que é um acidente geográfico, privilegiado em termos de belezas naturais e em conservação ambiental”, garante o secretário, orgulhoso da abundância natural do Município que vive de turismo e pesca.

“Queremos ordenar a prática sustentável da atividade turística. Mostrar ao barqueiro e ao visitante a importância do serviço

ambiental das piscinas que gera a sobrevivência de todos”, afirma a secretária Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Petrusca Mello. Para isso a secretaria vai estabelecer uma série de regras e medidas que vão reduzir os impactos da atividade na natureza.

Uma das ações iniciais foi a pesquisa e o monitoramento dos corais nas piscinas para avaliar o impacto do turismo e promover a discussão junto com a comunidade sobre esta riqueza natural. Na terceira etapa, haverá a implantação de ações ligadas à visita ordenada dos turistas. Essas medidas deverão ser implementadas de forma gradual e contínua em todas as regiões da Ilha de Boipeba. Na alta estação, cerca de 800 turistas mergulham diariamente nas piscinas naturais.



Foto: G. G. G. (A)